

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	13
-----------------------------------	----

Capítulo I

PARTE GERAL – PARTICULARIDADES DO DIREITO PENAL ECONÔMICO.....	17
--	----

1. Conceito de direito penal econômico	17
1.1. Conceito em sentido estrito	18
1.2. Conceito em sentido amplo	19
2. Bem jurídico.....	21
2.1. Fundamentos do bem jurídico	21
2.2. Conceito de bem jurídico	27
2.3. Titularidade do bem jurídico	37
2.3.1. Concepção monista-individual de bem jurídico	38
2.3.2. Concepção dualista de bem jurídico.....	39
2.4. A identificação dos bens jurídicos coletivos.....	40
2.4.1. Os critérios de HEFENDEHL para identificar os bens jurídicos coletivos	42
2.4.2. Dos critérios adicionais de GRECO para a identificação dos bens jurídicos coletivos	44
2.5. Um caminho para a identificação dos bens jurídicos coletivos....	51
2.6. O caso dos crimes de tráfico de drogas	55
2.7. Classificações relevantes dos bens jurídicos.....	57
2.7.1. Bens jurídicos de confiança, de recursos consumíveis e de condições estruturais do Estado (HEFENDEHL).....	57
2.7.2. Bens jurídicos fisicamente demarcáveis versus bens jurídicos institucionais (SCHÜNEMANN)	59

2.7.3. Bens jurídicos imediatos <i>versus</i> bens jurídicos mediatos	60
3. Tipo penal (estrutura típica)	61
3.1. Considerações iniciais	62
3.2. Classificação quanto ao resultado lesivo	63
3.2.1. Crimes de resultado	63
3.2.2. Crimes de mera conduta	65
3.3. Classificação quanto à duração da consumação	66
3.3.1. Crimes instantâneos	66
3.3.2. Crimes permanentes	66
3.4. Classificação quanto ao número de bens jurídicos tutelados	67
3.4.1. Crimes simples	67
3.4.2. Crimes compostos	67
3.5. Classificação quanto ao sujeito ativo	68
3.5.1. Crime comum	68
3.5.2. Crime especial	68
3.5.3. Crime de mão própria	69
3.6. Classificação quanto ao fracionamento da conduta	69
3.6.1. Crime Unissubsistente	69
3.6.2. Crime Plurissubsistente	69
3.6.3. Crime habitual	70
3.7. Classificação quanto ao número de verbos típicos	70
3.7.1. Delitos de conteúdo único	70
3.7.2. Delitos de conteúdo variado	70
3.8. Classificação quanto ao grau de afetação do bem jurídico	71
3.8.1. Delitos de lesão	71
3.8.2. Delitos de perigo	72
3.8.2.1. Perigo concreto	72
3.8.2.2. Perigo abstrato	74
3.8.2.2.1. Crimes de perigo abstrato puros	75

3.8.2.2.2.	Incriminação de ações massivas	76
3.8.2.2.3.	Perigo abstrato-concreto	76
3.8.2.3.	Propostas de limitações aos crimes de perigo abstrato	77
3.8.2.3.1.	Delitos de ação concretamente perigosa	78
3.8.2.3.2.	Delitos de acumulação	78
3.8.2.3.3.	Delitos de preparação	80
3.9.	Classificação quanto à completude do tipo penal	80
3.9.1.	Norma penal completa.....	80
3.9.2.	Norma penal incompleta.....	81
3.9.2.1.	Norma penal em branco	82
3.9.2.2.	Acessoriedade administrativa	85
3.9.2.3.	Normas de reenvio	87
3.10.	Classificação quanto à estruturação do tipo penal	88
3.10.1.	Tipo básico	88
3.10.2.	Variações típicas	88
3.10.2.1.	Qualificadoras e privilegiadoras	89
3.10.2.2.	Causas de aumento (majorante) e diminuição (minorantes)	89
3.10.2.3.	Delito independente ou sui generis	90
4.	Omissão	90
4.1.	Omissão própria	91
4.2.	Omissão imprópria (ou comissão por omissão)	92
4.3.	Estrutura típica dos crimes omissivos	93
4.3.1.	Situação típica (perigo).....	93
4.3.2.	Não realização da ação requerida pelo tipo	94
4.3.3.	Capacidade individual de ação	94
4.3.4.	Imputação objetiva do resultado	95
4.3.5.	Posição de garante	95
4.4.	Debate sobre a posição de garante	95

4.4.1. Critério formal	96
4.4.1.1. Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância	98
4.4.1.2. Assunção da responsabilidade de impedir o resultado	98
4.4.1.3. Comportamento anterior criador do risco de resultado (ingerência)	98
4.4.2. Críticas ao critério formal	99
4.4.3. Critério material	101
4.4.3.1. Domínio sobre o desamparo do bem jurídico ...	103
4.4.3.2. Domínio sobre o foco do perigo	103
5. Autoria e Participação.....	104
5.1. Sistemas sobre autoria e participação	105
5.1.1. Teoria unitária de autor	105
5.1.2. Conceito extensivo de autor	105
5.1.3. Conceito restritivo de autor	106
5.2. Teorias diferenciadoras.....	106
5.2.1. Teorias subjetivas	107
5.2.2. Teoria objetivo-formal	108
5.2.3. Teorias objetivo-materiais.....	108
5.3. Teoria do domínio do fato.....	109
5.3.1. Domínio da ação (autoria imediata)	111
5.3.2. Domínio da vontade (autoria mediata)	111
5.3.2.1. Em virtude de coação	112
5.3.2.2. Em virtude de erro.....	113
5.3.2.3. Em aparatos organizados de poder (domínio da organização).....	114
5.3.3. Domínio funcional do fato (coautoria).....	116
5.4. Teoria da infração do dever.....	119
5.5. Autoria e participação no Brasil	122
5.6. Autoria e participação nos delitos empresariais	126

5.6.1. Competência hierárquica (vertical)	127
5.6.1.1. Responsabilidade penal dos superiores hierárquicos	127
5.6.1.2. Responsabilidade penal dos subordinados	133
5.6.2. Divisão de trabalho (horizontal)	133
5.6.3. Modificação de competência por delegação ou espe- cialização	134
Capítulo II	
PARTE ESPECIAL – LEIS ESPECIAIS DE DIREITO PENAL ECONÔMICO	135
Crimes contra a Economia Popular – Lei 1.521/51	135
Crimes contra o mercado de capitais – Lei 6.385/1976	175
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/1986	192
Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo – Lei 8.137/1990	315
Crimes contra a ordem econômica (combustíveis) – Lei 8.176/1991	444
Crimes falimentares e recuperacionais – Lei 11.101/2005	452
Referências bibliográficas	489